

# A DINÂMICA SOCIETAL E A EXPRESSÃO TERRITORIAL DA COCAMP NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Alexandre Domingues Ribas\*

## **Resumo:**

A questão principal que permeia esse ensaio está pautada na análise da gestão político-territorial dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema a partir da singularidade da COCAMP. Nesse sentido, buscamos compreender os desdobramentos territoriais da organização cooperativa a partir da inserção diferenciada dos assentamentos e do dimensionamento político-organizativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na região. O cooperativismo no âmbito político do MST deve ser compreendido como uma estratégia para a luta política, a partir de uma rede escalar, formada pela articulação entre a CONCRAB, as Centrais Cooperativas Estaduais e as cooperativas localizadas nos assentamentos rurais. Os desdobramentos territoriais decorrentes da organização cooperativa no Pontal do Paranapanema não expressam um conteúdo que qualifique significativamente uma diferencialidade (social, política, cultural, ideológica e organizativa) entre os trabalhadores assentados em sua totalidade (cooperados e não cooperados).

**Palavras-chaves:** trabalho, gestão territorial, cooperativa, trabalho

## **Abstract:**

*The principal question in our paper is the political – territorial management analyze of rural settles in Pontal do Paranapanema specify the COCAMP case. In this way, we look for understanding the territorial implications of the cooperative organization starting from the differentiate insertion of rural settles and the political-organizational dimension of the Rural Workers Without Land Movement (MST) in the area. The cooperativism into the MST has to be understood as a political struggle strategy, starting from a scalar net, made of articulating between the CONCRAB, the Central State Cooperatives and the cooperatives in the rural settles. A territorial implication of cooperative organization in Pontal do Paranapanema doesn't express a real content that significantly qualify a differential (social, political, cultural, ideological and organizational) between settled workers in their totality (be cooperated or not).*

**Key-Words:** labour; territorial management; cooperative.

THE CLASS SOCIETY DYNAMICS AND THE TERRITORIAL EXPRESSION OF COCAMP  
IN PONTAL DO PARANAPANEMA

## 1. Introdução

O que está em discussão, nesse sentido, é a compreensão da trama societária decorrente dos desdobramentos políticos e territoriais da organização cooperativa nos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema e as perspectivas para o mundo do trabalho.

A dinâmica societal da COCAMP deve ser compreendida a partir do projeto político de gestão dos assentamentos proposto e desenvolvido pelo MST em nível nacional. Seu conteúdo revela uma diretriz política que elegeu, enquanto proposta organizativa, a institucionalização da cooperação agrícola, via consolidação das cooperativas de reforma agrária. Os desdobramentos específicos desse delineamento político-organizativo no Pontal do Paranapanema apontam, fundamentalmente, para algumas contradições e limites, tais como: a separação entre o controle decisório da cooperativa e os trabalhadores assentados cooperados; a incapacidade financeira para a consolidação e consecução dos projetos agropecuários e agroindustriais da cooperativa; as dificuldades para consolidar formas de gestão do trabalho nos lotes centradas em práticas coletivas, etc.

## 2. Dinâmica Societal e Luta pela Terra no Brasil

Para a compreensão dos desdobramentos políticos e territoriais da organização cooperativa no Pontal do Paranapanema, entendemos ser necessário confeccionar uma reflexão incorporando teoricamente o movimento contraditório do processo social. Isso significa que a “leitura” da materialidade fenomênica edifica-se em consonância com um exercício dialético de compreensão da totalidade histórico-concreta, cuja essência traduz-se nas relações sociais diversas materializadas no bojo do controle metabólico do capital[1].

Com isso, queremos afirmar que o desenho societal dos sem-terra no Brasil e, mais especificamente, a organização cooperativa dos trabalhadores, devem ser compreendidos a partir das repercussões dessa *processualidade* social no âmbito do trabalho (totalidade expressa nas diversas dimensões da classe-que-vive-do-trabalho, tanto do ponto de vista de sua materialidade, bem como de sua subjetividade)[2].

Assim, a *natureza* dos sem-terra, sua essência constituidora, está acoplada às transformações cristalizadas no mundo do trabalho (desemprego estrutural, precarização do trabalho, mudanças na materialidade do trabalho, etc.), resultantes de um processo de reestruturação produtiva (crise do padrão de acumulação centrado no modelo taylorista/fordista) do capital enquanto uma necessidade de superação de uma crise estrutural pautada em sua capacidade de valorização e reprodução ampliada.

Em linhas gerais, a crise do capital estruturada nos anos 70 expressa-se como um desdobramento do próprio *sentido destrutivo da lógica do capital*, no qual o modelo de acumulação centrado na horizontalidade do processo produtivo, numa capacidade do mercado em criar uma

demanda a partir do aumento da produtividade, inicia uma etapa de esgotamento. Assim, ao mesmo tempo em que a estrutura basilar do processo produtivo entra em crise, seus mecanismos de regulação também passam por uma (re)organização. Isso explica a crise fiscal do Estado capitalista, traduzida pela retração dos gastos públicos[3].

Essa é a *processualidade* social em questão: as contradições e os conflitos (e a própria resistência organizativa do MST construída a partir da própria contradição) engendrados nas nuances e contornos específicos de um metabolismo societal centrado prioritariamente na produção de mercadorias. O próprio neoliberalismo evidencia-se como uma resposta à crise estrutural do capital. Isso significa que se faz necessário construir um corpo reflexivo capaz de explicar a singularidade pela qual esta *processualidade* social assume formas no Brasil.

A partir disso podemos afirmar que o projeto de gestão territorial dos assentamentos revela-se como uma alternativa político-organizativa dos trabalhadores assentados para reduzir seu nível de miserabilidade decorrente do processo de precarização do trabalho engendrado nas últimas décadas. As adversidades para a sua consolidação também estão imbricadas ao controle metabólico do capital, pois estão mediadas pelos contornos da política agrária do governo FHC, cujos delineamentos traduzem-se nos apontamentos políticos do neoliberalismo.

Nesse sentido, é no contexto dos delineamentos políticos do Estado neoliberal que a dinâmica societal da luta pela terra no Brasil deve ser compreendida. O projeto de reforma agrária no país, nitidamente, não foi uma aposta do Estado brasileiro, até porque uma reforma agrária coloca em questão a emergência de mudanças significativas no pacto social que sustenta o próprio Estado, que como é de conhecimento geral está ancorado e subordinado aos interesses dos latifundiários. O que existe atualmente no Brasil é a materialização de uma política de assentamentos, no qual o governo tenta resolver paliativamente alguns conflitos localizados, sem colocar em discussão a forma da propriedade da terra (THOMAZ Jr., 2001).

A política de assentamentos, encampada pelo governo, na verdade é uma tentativa de transformar esses atores sociais vinculados a essa luta política de classe em pequenos proprietários autônomos, visando centralizar na propriedade o encerramento do problema político e social.

As proposições do governo FHC estão centradas, fundamentalmente, da busca de resoluções paliativas para os conflitos sociais localizados (essência de sua política de assentamentos) via mercado (a razão de ser do Banco da Terra), além de, incessantemente, buscar a desqualificação dos movimentos sociais, principalmente do MST, transformando a questão política numa questão de polícia.

Assim, fica evidente a necessidade de se construir uma “leitura” do projeto político-territorial de gestão dos assentamentos, centrado na organização cooperativa, a partir das nuances da *processualidade* social. É nessa relação entre a materialidade fenomênica e o movimento contraditório do processo social que o território emerge, enquanto produção concreta das relações engendradas socialmente.

A partir dessas considerações mais amplas, podemos afirmar que a dinâmica societal da luta pela terra no Brasil está relacionada a alguns componentes estruturais:

a) a formação camponesa no Brasil está diretamente relacionada à essência constituidora do processo reprodutivo do metabolismo societário do capital nas últimas décadas, ou seja, o que Thomaz Júnior (2001), denomina de *processualidade* social do mundo do trabalho. Esse viés analítico permite, inclusive, compreender a complexidade inerente a trama societária da luta pela terra (como a participação de desempregados e “marginalizados” urbanos nas ocupações de terra) a

partir do trabalho[4]. Essa é uma problemática que perpassa, indubitavelmente, pela própria “questão” cidade x campo, expressão fenomênica que revela a ordenação territorial da tecitura societal da luta pela terra no Brasil.

b) Ao mesmo tempo, para se compreender o desenho societal dos sem-terra temos que considerar as transformações recentes da agropecuária brasileira (redefinição das relações de trabalho e de produção, “modernização” e industrialização da agricultura, etc.), que estão diretamente relacionadas com as transformações no mundo do trabalho. É a partir da desregulamentação do trabalho, da precarização e do desemprego estrutural que o desenho societal dos sem-terra assume as nuances específicas do conflito estrutural parametrizado no controle do metabolismo societário engendrado pelo capital.

c) a luta pela terra no Brasil também deve ser entendida a partir de sua estruturação secular, cristalizada com as marcas da exploração/subordinação/submissão iniciada com os colonizadores portugueses, que se apropriaram do território a partir das exigências da economia mundial fundada na lógica do capitalismo em sua etapa concorrencial. Alguns séculos depois, com a promulgação da Lei de Terras de 1850, definiu-se a propriedade capitalista da terra no Brasil, institucionalizando o “cativeiro da terra”, tendo como propósito a manutenção da separação entre os meios de produção e a força de trabalho, condição *sine qua non* para a expansão do capitalismo a partir das novas necessidades engendradas pelo complexo cafeeiro. Esses aspectos basilares para o entendimento da questão agrária no Brasil vêm no sentido de apontar seus delineamentos e contornos a partir da formação territorial brasileira.

Em síntese, queremos afirmar que esses componentes estruturais evidenciam que a natureza/essência dessa gama de sem-terra que constroem a luta pela terra está relacionada com a própria formação camponesa[5]. Desde a resistência indígena à exploração e ao solapamento cultural, passando pela resistência negra na busca do território livre (quilombos), a luta de Contestato, Trombas e Formoso, Canudos, às Ligas Camponesas, enfim, a luta pela terra é histórica, pois é fruto da própria resistência a uma formação territorial centralizada nos interesses concentracionistas e exploratórios.

Porém, a diversidade dos sujeitos sociais que hoje compõe a diferencialidade dos movimentos organizados de luta pela terra revela a complexidade dos contornos que o conflito fundiário assume no Brasil nas últimas décadas, principalmente em virtude das transformações recentes da agropecuária brasileira e das transformações recentes no mundo do trabalho (precarização, desemprego, etc.). Ou seja, a luta pela terra complexificou-se, heterogeneizou-se em detrimento da própria *processualidade* social que expressa a essência do desenho societal dos sem-terra no Brasil. (THOMAZ JR., 2001).

Para exemplificar essa complexificação e heterogeneização, podemos observar, a partir do Quadro 1, os diversos e fragmentados movimentos sociais que compõem o cenário da luta pela terra no Brasil.

A magnitude diferenciada da luta pela terra no Brasil nos permite compreender as vinculações político-organizativas dessa diversidade de movimentos sociais, sendo que a FERAESP coordena ocupações e organiza assentamentos compostos por trabalhadores ex-assalariados das empresas sucro-alcooleiras e de fornecedores de cana-de-açúcar, tendo um raio de atuação circunscrito à área canavieira de Ribeirão Preto-SP (Thomaz Jr., 2001).

O MLT (Movimento de Luta pela Terra) resulta de alguns “rachas” internos ao MST na Bahia e no Pará, sendo filiado ao Partido Comunista do Brasil. O MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra) também resulta de uma dissidência interna ao MST, no Estado de São

Paulo e mais especificamente na região do Pontal do Paranapanema. O MAST está vinculado à Social Democracia Sindical (SDS), que é uma central sindical filiada ao PSDB e também possui uma vinculação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana[6].

Se a luta pela terra no Brasil evidencia-se por meio de um processo contraditório e multifacetado, cuja expressão fenomênica é a própria dimensão territorial que evidencia a diversidade dos sujeitos sociais envolvidos no conflito, o MST configura-se como uma das facetas organizativas desse processo.

Todavia, a magnitude e importância desse Movimento devem ser ressaltadas, pois é o principal interlocutor da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil nas últimas duas décadas, estando presente em 23 Estados da federação. É sobre a constituição do MST no Brasil e sua expressão territorial que estaremos abordando a seguir.

### Quadro 1 - Movimentos Sociais Envolvidos na Luta pela Terra – Brasil

Nome	Estados(s)	Ano de Início
Comissão Pastoral da Terra	BA, PB e RN	1974/75
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	RS, SC, PR, SP, MG, RJ, ES, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, AM, TO, DF, GO, RO, MT, MS,	1984
Movimento de Luta pela Terra (MLT)	BA, PA	1994
Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP)/CUT	SP	1992/93
Movimento Sem Terra do Sul do Mato Grosso (MST-SMT)	MT	1994
Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE)	PE	1989
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS)	MS	1992
Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul (COAMS)	MS	1996
Movimento da Terra (MT)	PE	1996
Movimento de Comissões de Luta (MCL)	PE	1996
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG)	MG	1996
Movimento Camponês de Corumbiara (MCC)	RO	1996
Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)	MA, PE, MG, RN, e SP	1997
Liga Operário-Camponesa	RO	1998
Movimento Brasileiro dos Sem Terra (MBST)	DF, MA, PA	1998
Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST)	SP (Pontal do Paranapanema)	1998
Movimento Unificado dos Sem Terra (MUST)	SP (Pontal do Paranapanema)	1998

Fonte: Thomaz Jr., 2001.

## 2. O surgimento e a consolidação do MST no Brasil.

A gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)[7] está diretamente relacionada a um processo cumulativo e multifacetado de lutas sociais engendradas por uma diversidade de atores sociais: meeiros, parceiros, filhos de pequenos agricultores, arrendatários, pequenos proprietários, posseiros, assalariados rurais e urbanos etc., inicialmente isoladas (no sentido de não estarem mediadas por uma organização social que os inserisse num ordenamento estratégico de ação) pelo território brasileiro (mais precisamente na região Centro-Sul do país).

A partir de 1979[8], esse conjunto de lutas sociais emergiu como expressão concreta da organização dos trabalhadores em resistência à (des)territorialização oriunda do desenvolvimento e hegemonização das relações capitalistas de (re)produção do metabolismo societário do capital[9], no Brasil, tanto nos campos quanto nas cidades, cujas facetas revelam-se através da intensificação do processo de proletarianização, urbanização e, conseqüentemente, do desemprego, materializando uma (re)formatação territorial no país, a partir de uma redivisão socioterritorial do trabalho veiculada à “novas” formas de controle do processo produtivo (método taylorista-fordista) e, por conseguinte, de extração de mais-valia e acumulação/expansão do capital.

As condições concretas para o surgimento e consolidação do MST no Brasil podem ser assim sistematizadas:

a) A primeira delas refere-se às transformações recentes da agricultura brasileira[10], materializadas a partir de meados da década de 60 e início da década de 70, tendo como referencial a “modernização”/mecanização[11]do processo produtivo e seus desdobramentos nas relações de trabalho e de produção (articulada com novas formas de gestão empresarial e de sujeição da renda da terra ao capital) e, por conseguinte, a (des)territorialização de uma diversidade de categorias de trabalhadores (meeiros, arrendatários, posseiros, pequenos proprietários, entre outros), materializando, conseqüentemente, a hegemonia das relações de trabalho consubstanciadas na prática do assalariamento ou da subordinação do trabalho a outras formas consorciadas, sob a titularidade do capital. Esse processo reconfigurou o ordenamento territorial predominante na agropecuária brasileira, tendo à frente o capital monopolista[12].

Essa redefinição sócio-econômica da agropecuária a partir desse novo padrão de controle do capital, resultou numa diversidade de desdobramentos, dentre eles podemos destacar a desterritorialização de uma gama significativa de trabalhadores. Nesse contexto, inicia-se a dinâmica de organização e resistência por parte desse contingente de expropriados/(des)territorializados, resultando assim, a partir de um processo cumulativo de lutas dispersas pelo território, a gênese do MST, primordialmente, na Região Centro-Sul do Brasil (Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul).

b) O segundo aspecto inerente à gênese do MST no Brasil refere-se à participação e influência ideológica da Comissão Pastoral da Terra (CPT)[13] – iniciada, em 1975, no Centro-Oeste - e da Igreja Luterana[14], como potencializadores de uma organização sociopolítica, tendo como ponto de partida preceitos místicos e religiosos, relacionados a uma base ecumênica.

c) Outro aspecto a ser considerado sobre a gênese do MST, diz respeito ao momento político singular da época de seu surgimento (momento de democratização do país, com o ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979), ou seja, a gênese do MST está relacionada a um processo mais amplo de discussões voltadas à propagação de um discurso contra-hegemônico à ditadura militar.



Dessa forma, as condições objetivas da época propiciaram a confluência de forças políticas (Sindicatos, Partidos Políticos, Movimentos Sociais, etc.) favoráveis à solidificação e surgimento do MST, concretizado em 1984, com a realização do I Encontro Nacional, realizado em Cascavel/PR, que contou com a participação de 80 representantes de 13 estados brasileiros (decidindo os princípios e a forma de organização do Movimento, a escolha de uma coordenação e o apontamento para a realização do I Congresso do MST, em janeiro de 1985, em Curitiba/PR), formalizando, dessa maneira, sua existência no cenário nacional, como movimento social organizado de luta pela terra e pela reforma agrária.

O MST inicia seu processo de consolidação entre 1985-1990, territorializando-se pelos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás, Rondônia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entre 1990-1999 o MST continua seu processo de territorialização, desencadeando a conquista de assentamentos nos estados do Pará, Distrito Federal e Mato Grosso (Fernandes, 2000).

Ou seja, o MST redimensiona a luta política, por meio da solidificação de sua estrutura organizativa, construindo via projetos de gestão territorial, a complexidade de sua experiência e magnitude, que coaduna uma diversidade de elementos sociais, políticos, ideológicos, doutrinários, simbólicos, organizativos, éticos, estéticos, comunicativos, etc.

Nesse sentido, a cooperação agrícola e, mais especificamente, sua forma institucionalizada: a cooperativa, revelam-se a partir desse processo de redimensionamento da luta política engendrado pelo MST, no qual este, a partir da conquista do assentamento, estabelece uma rede de relações que edificam uma necessidade de romper com a tentativa do governo em encerrar na propriedade o conflito político atinente a luta pela terra e pela reforma agrária.

A partir desses referenciais apresentados anteriormente, podemos apontar um quadro geral da política de assentamentos no Brasil a partir da égide organizativa do MST, resultantes de projetos do governo e, principalmente, oriundos da organização dos trabalhadores<sup>[15]</sup>, sendo que atualmente o MST organiza 1490 assentamentos no país, com 102.849 famílias assentadas (Tabela 1).

A Região Sul concentra 39,6% dos assentamentos do MST, seguida pela Região Nordeste com 35%; pela Região Sudeste (18%); Região Centro-Oeste (6%); e Região Norte (1,4 %). Do ponto de vista do número de famílias assentadas vinculadas ao MST, a Região Nordeste representa 43,2% do total; seguida pela Região Sul (28,4%); pela Região Sudeste (16,7%); a Região Centro-Oeste (7,9%) e a região Norte (3,8%).

### **3. A estruturação político-organizativa da Cooperação agrícola no âmbito do MST.**

A cooperação agrícola nos assentamentos deve ser compreendida a partir da luta e resistência dos trabalhadores sem-terra, sendo, num primeiro momento, uma tentativa de minimizar o grau de miserabilidade dos assentados, tendo, também, um conteúdo político-ideológico cristalizado a partir do redimensionamento da luta política em consonância com um determinado projeto de gestão territorial.



Tabela 1 – Assentamentos conquistados/organizados pelo MST – Brasil – 2001

Estado	Assentamentos MST	
	Número	Famílias
AL	30	3.029
BA	64	6.500
MA	38	5.139
CE	150	12.000
PE	90	7.232
PB	15	1.568
PI	9	1.057
RN	44	2.798
SE	83	5.077
DF	23	1.542
GO	15	832
MS	22	2.297
MT	28	3.274
TO	1	156
ES	57	2.834
MG	10	409
RJ	63	5.049
SP	139	8.949
PA	6	1.979
RO	13	1.861
PR	253	14.975
RS	224	9.600
SC	113	4.692
<b>TOTAL</b>	<b>1490</b>	<b>102.849</b>

Fonte: MST - Informações atualizadas em 30/8/2001 ([www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)).

Podemos afirmar que a questão da cooperação agrícola se constrói a partir do próprio desenvolvimento contraditório, conflituoso e desigual do MST no Brasil. De fato, a cooperação agrícola é um dimensionamento da continuidade da luta política, sendo, pois, uma tentativa de articular a viabilidade sócio-econômica dos assentamentos com um determinado projeto de gestão territorial.

Faz-se necessário ressaltar que o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) foi construído a partir de um processo cumulativo e contraditório de experiências, sendo que, ao longo dos anos, consolidou-se, no âmbito organizativo do MST, a uniformização/institucionalização da cooperação agrícola através da intensificação das cooperativas de reforma agrária.

Segundo dados da CONCRAB (2001), atualmente existem no Brasil 400 associações de produção, comercialização e serviços; 86 cooperativas (produção, prestação de serviços e de crédito) que envolvem, diretamente, cerca de 19.986 associados. São 96 pequenas e médias

agroindústrias, que processam frutas, hortaliças, leite, derivados, grãos, café, carnes e doces, com um raio de atuação que engloba cerca de 700 pequenos municípios do Brasil.

A CONCRAB também conta com 9 Centrais Cooperativas dos Assentados (CCA), localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraná e Maranhão.

Após uma década de existência do Sistema Cooperativista dos Assentados, que concretiza uma vinculação da proposta de cooperativização nos assentamentos com uma estrutura organizativa em escala nacional, existem cerca de 19.986 famílias cooperativadas[16]. Se compararmos esse número de famílias cooperativadas com o total de famílias ligadas ao MST (Tabela 1) percebemos que 19,4% dessas famílias estão ligadas a uma determinada forma de organização cooperativa.

É importante destacar que essa estrutura organizativo-administrativa e gerencial mantém a centralização político-organizativa da organização cooperativa em nível nacional, revelando o conteúdo estratégico do MST em articular a gestão dos assentamentos com seu projeto político-ideológico.

Outro aspecto importante é que essa rede político-organizativa consolidada em nível nacional mantém-se, fundamentalmente, a partir da institucionalização do processo cooperativo, faceta substancial da diretriz política propagada pelo MST a partir da década de 90.

A estrutura organizativo-administrativa e gerencial do cooperativismo no raio de atuação do MST segue uma dimensão escalar, estando articulada à centralização política das diversas experiências desenvolvidas nos assentamentos de reforma agrária. Sendo assim, o primeiro nível dessa dimensão escalar pauta-se nas cooperativas localizadas nos assentamentos: as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's), as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS's) e as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS's).

Além das cooperativas, a estrutura organizativa do sistema SCA/CONCRAB envolve as associações e os grupos coletivos que se localizam nos assentamentos. A articulação política nos assentamentos é garantida através dos núcleos de base, que são os lugares nos quais as discussões, os problemas e as demandas dos assentados são debatidos.

O quadro organizativo-administrativo e gerencial do Sistema Cooperativista dos Assentados completa-se a partir da centralização nacional das cooperativas locais (CPA's, CPS's, CPPS's) e das centrais estaduais (CCA's) à CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), constituída em 1992. A CONCRAB cumpre um papel de centralizar o processo de institucionalização da cooperação agrícola a partir da difusão das cooperativas.

Já o SCA é a estrutura organizativa que garante a integralização política da cooperação agrícola no âmbito do MST, pois funciona como um setor do Movimento, articulando desde os núcleos de base nos assentamentos até a complexidade da administração cooperativa em nível nacional.

Dessa forma, após essa análise detalhada do espectro organizativo-administrativo e gerencial do sistema SCA/CONCRAB, podemos afirmar que o MST desenvolve uma rede estratégica de organização/centralização territorial das diversas formas de cooperação agrícola, visando, fundamentalmente, subordinar/articular a gestão dos assentamentos a partir de seus delineamentos/princípios político-ideológicos.

#### 4. A institucionalização da cooperação agrícola no âmbito do MST e seus desdobramentos políticos e territoriais.

Podemos afirmar que a forma predominante de cooperação agrícola desenvolvida pelo MST até 1989 foi marcada por práticas isoladas e espontâneas de cooperação agrícola, ou seja:

Poderia afirmar que o paradigma que prevaleceu até 1989 baseou-se na constituição espontânea/induzida de pequenos grupos de cooperação entre os assentados, paradigma esse resultante da ação histórica de diversas forças sociais: comunidades eclesiais de base, associativismo espontâneo entre vizinhos e parentes, bases de organização social dos sindicatos de trabalhadores rurais, identidades sociais a partir de referenciais não-econômicos, etc. O ponto central desse paradigma foi, então, o pequeno grupo de cooperação, sem a mediação institucional formal homogênea, para a realização de atividades variadas, isoladas ou combinadas entre si. O agrupamento das pessoas e famílias nesses grupos foi determinado por diferentes identidades sociais (...) raramente políticas (Carvalho, *In: CONCRAB, 1999:28*).

A partir de 1989, iniciou-se uma redefinição do cenário da organização da produção nos assentamentos, sendo que a idéia de coletivização foi uniformizada a partir da proposta organizacional centrada nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's). Esse indicativo político-organizativo consolidou um viés "economicista" no desenvolvimento e na elaboração da proposta de cooperação agrícola do MST. Essa redefinição centrada na institucionalização homogênea da cooperação agrícola nos assentamentos provocou alguns desdobramentos políticos para o MST.

A diretriz política do MST, consolidada a partir do início da década de 90, desencadeou uma reorganização de sua esfera organizativa. Isso porque o Movimento passou a adotar e difundir uma proposta de coletivização que "desconsiderava" as condições histórico-concretas dos assentados, ou seja, a idéia de coletivização passou a estar imbricada, unicamente, à figura da cooperativa "*essa figura técnico-burocrática passou, então, a ser o ponto focal das possibilidades de sucesso da cooperação*" (Carvalho, *In: CONCRAB, 1999:29*).

Esse apontamento político-organizativo revela uma contradição significativa na proposta de cooperação desenvolvida pelo MST, pois ao mesmo tempo em que este defende o incentivo às diversas formas de cooperação agrícola (associações, grupos coletivos, núcleos de produção, etc.), potencializa, através da institucionalização, a redução dessa pluralidade/diversidade a partir da unicidade organizacional da cooperativa.

Essa unicidade organizacional provocou alguns desdobramentos políticos para o MST. O primeiro deles é que a *organicidade* do MST (sua dimensão organizativa interna voltada à organização da produção e do trabalho nos assentamentos) passou a estar unicamente vinculada ao sistema de cooperativas (e não às formas múltiplas de cooperação), adquirindo, portanto, um caráter

fundamentalmente economicista. Em outras palavras, as múltiplas formas de cooperação e coletivização ficaram reduzidas à cooperativa, enquanto estrutura burocrática e institucionalizada da organização da produção e comercialização nos assentamentos.

Outro desdobramento resultante dessa diretriz organizativa adotada pelo MST é que o sistema SCA/CONCRAB passou a priorizar a gestão técnico-administrativa e a viabilidade/eficiência econômica das cooperativas, reduzindo, conseqüentemente, o processo de formação política dos assentados. Assim, o significado político da cooperação (propagado no conteúdo discursivo do MST) passa a ser secundarizado em detrimento da priorização dos aspectos decorrentes de seu processo de institucionalização.

Nesse sentido, as CPA's constituíram-se, num primeiro momento, enquanto expressão concreta da diretriz político-organizativa do MST nos assentamentos centrada na institucionalização do processo cooperativo. Posteriormente, para "massificar" a cooperação agrícola, o Movimento passou a potencializar e fomentar a difusão das Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS's), que teriam uma abrangência regional, ampliando territorialmente o raio de atuação de seu modelo institucional.

Dessa forma, no início da década de 90, estrutura-se a rede político-organizativa do MST, centralizando na CONCRAB o controle do processo cooperativo em nível nacional. Isso significa que o funcionamento das cooperativas nos assentamentos passou a estar articulado com uma Central Cooperativa dos Assentados (CCA) que, por sua vez, está subordinada/integrada à CONCRAB. Esse modelo organizativo fortalece a vinculação da gestão dos assentamentos com o projeto político-ideológico propagado pelo MST. Como já ressaltamos, essa centralização das atividades das cooperativas numa rede estratégica de ação em nível nacional, bem como a própria uniformidade/institucionalidade da cooperação agrícola a partir da difusão das cooperativas, resultou em alguns desdobramentos do ponto de vista da formação política dos assentados, sendo que:

O economicismo, agravado pelo corporativismo das cooperativas, não impediu, evidentemente, a consciência crítica sobre a debilidade da formação político-ideológica. Mas, as demandas derivadas dos interesses econômicos imediatos dos trabalhadores rurais assentados e da necessidade de equacionar os problemas relacionados com a gestão das cooperativas, contribuiu para colocar a formação político-ideológica em plano de menor relevância prática, ainda que sistematicamente afirmada nos discursos. (Carvalho, *In*: CONCRAB, 1999:36).

Ao mesmo tempo, a diretriz política adotada pelo MST para o desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos, a partir da década de 90, passou a se fundamentar na unicidade vinculada à dimensão institucional da empresa cooperativa. Ou seja, a pluralidade da cooperação (revelada pela diferencialidade organizativa engendrada a partir das condições objetivas e subjetivas dos assentados) foi reduzida a singularidade da cooperativa.

Nesse contexto, o principal aspecto a ser considerado refere-se ao significado político resultante desse processo de centralização/institucionalização das diversas formas de cooperação agrícola. Podemos afirmar que o desdobramento imediato desse processo revelou-se no distanciamento entre a direção do MST e os trabalhadores assentados.

É importante destacar que não estamos querendo negligenciar os avanços da organização cooperativa nos assentamentos rurais organizados pelo MST, pois o saldo qualitativo é extremamente significativo, dadas às limitações e adversidades conjunturais da sociedade brasileira nas últimas décadas.

Ao mesmo tempo, se faz necessário ressaltar que a cooperação agrícola e sua forma institucionalizada (a cooperativa), expressam a construção gradual e conflituosa de um projeto de gestão territorial que deve ser entendido no âmbito do processo de luta e de resistência dos trabalhadores assentados. Isso significa, fundamentalmente, que as dificuldades e as limitações apresentadas resultam das próprias contradições inerentes a tentativa de edificação coletiva de um devir pautado na busca de uma nova sociabilidade humana.

## **5. A dinâmica societal da COCAMP e as perspectivas para o Trabalho**

A COCAMP foi fundada em 28 de dezembro de 1994, por 291 sócios, na sede da Fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema. Entre o final de 1994 e ao longo de 1995, a cooperativa esteve voltada, exclusivamente, para atividades vinculadas à organização de sua documentação. A partir de abril de 1996, a cooperativa passou a ter um setor físico, estruturado a partir do funcionamento de seus projetos agropecuários e agroindustriais.

A gênese da COCAMP está ligada ao processo de territorialização do MST no Pontal do Paranapanema, pois a partir da conquista dos assentamentos rurais, este passou a articular a luta pela terra com a necessidade de gestão política e territorial dos assentamentos (organização da produção, comercialização, construção de casas, saneamento básico, etc.).

As primeiras experiências sobre a organização cooperativa desenvolvidas pelo MST consistiram nos grupos coletivos, grupos de ajuda mútua, baseados nas práticas da Igreja Católica. Posteriormente, incentivaram as experiências com os grupos de máquinas e com as associações. Já no final da década de 80, o MST iniciou suas experiências com pequenas cooperativas, as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA's), caracterizadas por uma gestão inteiramente coletiva dos lotes e da produção.

A partir dessas experiências, a direção do MST entendeu que havia uma necessidade crescente de potencializar uma cooperação em massa. Essa redefinição resultou na criação da Cooperativa de Prestação de Serviço (CPS's) e a partir dessas novas experiências iniciaram-se as discussões sobre as cooperativas regionais, sendo que, em 1993, surgiram a COANOL, em Laranjeiras/PR e a COAGRI, em Sarandi/RS. Em 1994, no Pontal do Paranapanema, surgiu a COCAMP, que resultou de uma série de discussões para atender grupos de famílias dos assentamentos já existentes (Gleba XV de Novembro, Água Sumida, Santa Rita, Che Guevara, São Bento e Rosanela).

A COCAMP possui atualmente um quadro de 2.220 cooperados que estão distribuídos por 12 municípios do Pontal do Paranapanema (Tabela 2).

Tabela 2 - Número de Sócios da COCAMP no Pontal do Paranapanema, segundo os Municípios - 2001

Nº	Município	Nº de sócios
01	Sandovalina	115
02	Mirante do Paranapanema	428
03	Euclides da Cunha Paulista	435
04	Teodoro Sampaio	332
05	Rosana	389
06	Presidente Bernardes	208
07	Marabá Paulista	63
08	Narandiba	60
09	Piquerobi	24
10	Presidente Venceslau	97
11	Ribeirão dos Índios	27
12	Caiuá	42
<b>12</b>	<b>Total</b>	<b>2220</b>

FONTE: Pesquisa de Campo, maio de 2001

Percebemos, a partir da distribuição dos sócios da COCAMP, que os municípios mais representativos em termos de números de cooperados são: Euclides da Cunha (435), Mirante do Paranapanema (428), Rosana (389) e Teodoro Sampaio (332), sendo que o conjunto desses municípios totaliza 1584 cooperados, 72% do total. Desses 72%, Euclides da Cunha representa 20%, Mirante do Paranapanema 19%, Rosana 18% e Teodoro Sampaio 15%. Os demais municípios representam juntos 28% do total de cooperados da COCAMP.

Outro elemento fundamental para a compreensão do ordenamento territorial da COCAMP no Pontal do Paranapanema diz respeito aos seus projetos agropecuários e agroindustriais. É através dos projetos agropecuários que a COCAMP evidencia a magnitude de seu projeto de gestão territorial, explicitando as estratégias de produção no sentido mais amplo possível.

Faz-se necessário ressaltar que as condições atuais da cooperativa evidenciam uma dificuldade crescente tanto para a manutenção de seus projetos agropecuários como, principalmente, para a finalização da construção de seus projetos agroindustriais. Os principais projetos agropecuários da COCAMP são:

a) Projeto da Mandioca: envolve 918 assentados dos municípios de Sandovalina, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Rosana, Presidente Bernardes, Marabá Paulista e Narandiba;

b) Projeto do Abacaxi: envolve 138 assentados dos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Presidente Bernardes, Marabá Paulista, Narandiba e Ribeirão dos Índios;

c) Projeto do Maracujá: envolve 137 assentados dos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Marabá Paulista, Narandiba e Ribeirão dos Índios;

d) Projeto do Café: envolve 129 assentados dos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Narandiba, Ribeirão dos Índios, Presidente Bernardes e Sandovalina;

e) Micro usina de leite: aglutina cooperados dos assentamentos Água Limpa (Presidente Bernardes), Che Guevara e São Bento (Mirante do Paranapanema), Laranjeira (Narandiba), Rodeio (Presidente Bernardes) e Yapinary (Ribeirão dos Índios);

f) Piscicultura: envolve cooperados dos assentamentos Água Limpa (Presidente Bernardes), Che Guevara (Mirante do Paranapanema), Rodeio (Presidente Bernardes) e Gleba XV de Novembro (Rosana);

g) Irrigação: envolve cooperados dos assentamentos Bom Pastor (Sandovalina), Che Guevara e São Bento (Mirante do Paranapanema).

Após essa análise sobre os projetos agropecuários, direcionaremos nossas atenções para a apresentação dos projetos agroindustriais da COCAMP. Esses projetos estão em construção e expressam o vislumbre da cooperativa em investir na industrialização das matérias-primas agrícolas, visando fechar a cadeia produtiva e ingressar no mercado em melhores condições. Os projetos agroindustriais da COCAMP são os seguintes:

- a) projeto de silos e armazéns (capacidade de 6 mil toneladas para armazenamento e um barracão de 2500 metros quadrados);
- b) empacotadeira de grãos (capacidade de 2 mil quilos por hora);
- c) o projeto da farinheira e da fecularia (a farinheira já é de propriedade da COCAMP e a fecularia está em via de ser arrematada em leilão);
- d) projeto do laticínio (produção do leite barriga mole, iogurte, bebida láctea, creme e cinco tipos de queijo), tendo 120 resfriadores prontos para serem operados nos assentamentos;
- e) despoldadeira de frutas, com capacidade para processar 3 mil quilos de frutas por hora, o objetivo é trabalhar com o maracujá, abacaxi, acerola, manga e morango.

Durante a finalização da pesquisa de campo (maio de 2001), esses projetos agroindustriais estavam numa fase preliminar de construção. Portanto, esses projetos evidenciam-se, fundamentalmente, enquanto um propósito da COCAMP. As condições concretas para a sua finalização são extremamente adversas, devido a um conjunto de mediações e relações que são parametrizadas a partir do conflito social em seu espectro conjuntural (política agrária do governo FHC, embate do MST a partir da supremacia política do espectro latifundista local, etc.).

Após esses dados sobre a magnitude territorial da COCAMP no Pontal do Paranapanema, vamos destacar suas tendências e perspectivas delineadas na pesquisa recentemente concluída.



É importante destacar que a COCAMP deve ser compreendida enquanto uma estrutura político-organizativa diretamente vinculada ao projeto de gestão territorial do MST. Seu significado político revela-se a partir da explicitação territorial da luta de classes no Pontal do Paranapanema. Ao mesmo tempo, a essência da COCAMP está diretamente relacionada aos desdobramentos decorrentes da diretriz político-organizativa do MST centrada na institucionalização/uniformização da cooperação agrícola.

Assim, a consecução da pesquisa revelou que a COCAMP encontra-se em um estágio inicial de estruturação. Isso significa que a cooperativa pauta-se, principalmente, como um projeto a ser cristalizado em médio prazo. As dificuldades para a sua consolidação devem ser compreendidas a partir de suas limitações político-organizativas (diretamente relacionadas com o seu processo de institucionalização) e, fundamentalmente, a partir das adversidades conjunturais (reveladas nos contornos da política agrária do governo federal), e regionais (os conflitos com a base latifundista).

É importante destacar que, por encontrar-se em um estágio inicial de estruturação, a COCAMP cumpre um papel político-organizativo fundamental no Pontal do Paranapanema: ser uma ferramenta de luta do MST, colaborando com sua política de ocupações de terra e com outras frentes de luta. Esse indicativo nos permite afirmar que considerar a COCAMP unicamente a partir de sua faceta sócio-econômica e produtiva revela uma insuficiência para o entendimento de sua essência, que se evidencia em consonância com os apontamentos político-ideológicos do MST.

Se a COCAMP encontra-se em um estágio inicial, quais são as perspectivas para a consolidação de seus projetos? Do ponto de vista de seu projeto inicial (fechar a cadeia produtiva, articulando seus projetos agropecuários com seus projetos agroindustriais), podemos afirmar que a concretização de tal proposta está diretamente vinculada às dificuldades internas ao espectro organizativo da cooperativa e, principalmente, às adversidades conjunturais (centradas na lógica explícita de desmonte de qualquer movimento social organizado, inclusive do MST) e seus desdobramentos locais e regionais materializados a partir da tecitura política local e regional.

Outra consideração importante a ser destacada diz respeito à distância existente entre a concepção que as lideranças políticas do MST e os assentados cooperados possuem sobre o conteúdo político da COCAMP. Ou seja, enquanto a cooperativa é entendida pelas lideranças do MST como uma estrutura sócio-econômica que objetiva, principalmente, fortalecer politicamente o Movimento, sendo uma alternativa organizativa e estratégica frente ao controle metabólico do capital; entre os assentados, a cooperativa é vista como uma estrutura econômica cuja importância pauta-se em sua potencialidade de aumentar os seus “ganhos” individuais, trazendo as vantagens de uma empresa tipicamente capitalista (acesso ao crédito, aumento da remuneração, possibilitar a agroindustrialização e facilitar a comercialização).

Entendemos que essa concepção sobre o significado da cooperativa fundamentada nos critérios de viabilidade e eficiência econômica está diretamente relacionada com o processo de institucionalização da cooperação agrícola incentivado pelo MST a partir do início da década de 90. Essa diretriz organizativa provocou alguns desdobramentos políticos e territoriais no Pontal do Paranapanema. Pois, a COCAMP, partir de 1996, centralizou seu projeto de gestão dos assentamentos na priorização de um crescimento/expansão horizontal de suas atividades, incorporando um número significativo de sócios e estendendo consideravelmente seu raio de atuação.

Os dados produzidos sobre a participação dos cooperados nas decisões da cooperativa, revelaram que esta participação é mínima, o que significa que já está havendo um distanciamento entre a base e o corpo diretivo e isso se explica pela abrangência territorial da cooperativa e por sua

complexidade funcional, pois ao priorizar a unicidade organizativa pautada na cooperativa, secundarizou-se a formação política dos assentados.

Essa, sem dúvida, é uma tendência da organização cooperativa no Pontal do Paranapanema: a redução gradativa da participação dos cooperados nas instâncias decisórias da COCAMP, dada à complexidade decorrente de sua institucionalização. Isso significa que a COCAMP deve pensar em formas de incentivar a participação dos associados nas assembleias, nas decisões sobre os projetos da cooperativa, na seleção das linhas de produção, no sentido de romper com os limites político-organizativos da sua estrutura institucional, legal e burocrática.

Nesse contexto, avaliamos que os desdobramentos territoriais a partir da organização cooperativa no Pontal do Paranapanema não expressam um conteúdo que qualifique significativamente uma diferencialidade (social, política, cultural, ideológica e organizativa) entre os trabalhadores assentados em sua totalidade (cooperados e não cooperados). Ou seja, a magnitude da COCAMP possui um caráter muito mais formal (circunscrito ao número de sócios) do que um conteúdo pautado em uma reorganização da produção e comercialização dos assentamentos de reforma agrária, ou melhor, a expressão da cooperativa nos assentamentos não revela sua significância quantificada e apresentada em dados.

Essa reflexão perpassa, necessariamente, pela dimensão tático-estratégica do projeto de gestão político-territorial dos assentamentos organizados pelo MST, ou seja, até que ponto a cooperativa (sistema institucionalizado, burocratizante e centralizador) pode ser uma ferramenta de luta vinculada à dimensão estratégica de solapamento das estruturas solidificadas pelo metabolismo societário engendrado e dominado pelo capital?

Nesse sentido, podemos afirmar que a forma cooperativa, apesar de sua importância tática de resistência às adversidades conjunturais, não é: *“suficiente para dar conta da organicidade política-ideológica desejável para um movimento social inserido na luta de classes e cujos objetivos, desde o Plano Nacional do MST de 1989-93, eram, entre outros, a construção de uma sociedade socialista”* (Carvalho, In: CONCRAB, 1999:34).

Essa é, sem dúvida, uma questão diretamente vinculada com as perspectivas para o trabalho na sociedade contemporânea. A partir disso, podemos concluir que os limites político-estratégicos da organização cooperativa no âmbito do MST revelam a necessidade da articulação dessa proposta específica de gestão territorial com um projeto de emancipação da classe trabalhadora, sendo que:

(...) isto significa simplesmente que a cooperação não possa ser um meio, para o camponês, no regime capitalista, de aproveitar as vantagens da grande exploração, a fim de consolidar e fortificar a sua propriedade, esta coluna vascilante da sociedade contemporânea. Compreendo que só poderá salvar-se por intermédio da produção agrícola cooperativa, o camponês compreenderá também que uma produção desse gênero só se realizará onde e quando o proletariado tenha a força de modificar a forma da sociedade, no sentido de seus interesses. Mas então ele será socialista. (Kautsky, 1980:149).

Essa citação, certamente, expressa grande parte de nossas preocupações e conclusões sobre a organização cooperativa no Pontal do Paranapanema, pois ressalta a importância de que a cooperativa seja um instrumento de luta, uma forma de resistência territorial. Ao mesmo tempo, é

necessário sempre voltar os olhos para o sentido e o significado da cooperação agrícola, num repensar crítico, para que essa proposta de gestão dos assentamentos traduza a articulação entre os elementos táticos e o projeto estratégico do MST.

## Referências Bibliográficas

ALVES, G.A.P. O novo e precário mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTONIO, A.P. O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: o exemplo na Alta Sorocabana no período de 1960-1990. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BIHR, A. Da Grande Noite à Alternativa. O Movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

CARVALHAL, M.D. A comunicação sindical em Presidente Prudente: uma leitura geográfica. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.

CARVALHO FILHO, J.J. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In: Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora Universitária, 2001.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Sistema Cooperativista dos Assentados em números. São Paulo: CONCRAB, 1997.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Sistema Cooperativista dos Assentados. Caderno de Cooperação Agrícola nº 5. São Paulo: CONCRAB, 1997.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). Caderno de Cooperação Agrícola nº 8. São Paulo: CONCRAB, 1999.

FERNANDES, B.M. MST: Formação e territorialização. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERNANDES, B.M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

KAGEYAMA, A.; GRAZIANO DA SILVA, J. A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas: UNICAMP. IE, 1987.

- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LEITE, J.F. A ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo:HUCITEC, 1998.
- LESSA, S. Trabalho e ser social. Maceió: EDUFAL, 1997.
- LIMA, E. C. As diferentes frentes de luta pela terra e a reforma agrária no Pontal do Paranapanema. Relatório de Pesquisa – PIBIC/CNPq, 2000. Presidente Prudente, 2000. (mimeogr.).
- MARQUES, R. Proteção social e o mundo do trabalho. São Paulo: Bional, 1997.
- MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARX, K. Capítulo VI inédito de O Capital. São Paulo: Moraes, 1985.
- MARX, K.; LÊNIN, V.I., LUXEMBURGO, R.; MAO TSÉ-TUNG; PRÉOBRAJENSKY. Cooperativismo e socialismo. Coimbra: Centelha, 1979.
- MÉSZAROS, I. A necessidade do controle social. São Paulo: Ensaio, 1987.
- MÉSZÁROS, I. Entrevista. Crítica Marxista, nº 2, vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MÉSZÁROS, I., “A Ordem do Capital no Metabolismo social da Reprodução”. Ensaio Ad Hominem 1. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999, p. 83-124.
- MOREIRA, R. O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MOREIRA, R. A Diferença e a Geografia (o ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia). Rio de Janeiro, 1999. (Mimeogr.).
- MST. A cooperação agrícola nos assentamentos. Caderno de Formação, nº 20. São Paulo: MST, 1993.
- MST. Cooperativas de Produção, questões práticas. Caderno de Formação. nº 21, 1996.
- NAVARRO, Z. Assentamentos Rurais, formatos organizacionais e desempenho produtivo – o caso do assentamento Nova Ramada. Porto Alegre: mimeo., 1994.
- OLIVEIRA, A. U. - O campo Brasileiro no final dos anos 80. In Boletim Paulista de Geografia, nº 66. São Paulo: AGB, 1988a.
- OLIVEIRA, A.U. Agricultura brasileira: as transformações recentes. São Paulo: SPM-CEM, 1994.
- OLIVEIRA, A.U. A geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 1996.
- PASQUETTI, L. A. A empresa social no contexto do terceiro setor: um estudo do MST. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1998.
- PINHO, D.B. Economia e Cooperativismo. São Paulo: Saraiva, 1977.
- RIBAS, A D. O sistema cooperativista dos assentados. In: Revista NERA, Série Estudos, nº 01, 1998.

RIBAS, A.D. Gestão Político-Territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal). Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

RIBEIRO, J. C. e THOMAZ JÚNIOR, A. Entre a Sepultura e a Trincheira: O Movimento Sindical e a Exclusão Social. Revista Paranaense de Geografia, Curitiba: Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 4, 2000. (no prelo).

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVA, J. G. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

SILVA, J.G. O novo rural brasileiro. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

SILVA, Tânia Nunes da. A participação dos cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle. São Paulo: USP, 1994 (Dissertação de Mestrado).

STÉDILE, J.P & FERNANDES, B.M. Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

THOMAZ, JR. Por uma Geografia do trabalho. *Pegada*, v.3, número especial, agosto de 2002, Presidente Prudente, CEGeT, 2002a.

THOMAZ JR., A. *Por trás dos canaviais, os (nós) da cana*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002b.

THOMAZ JUNIOR, A. *O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil*. Presidente Prudente, 2002c. (mimeografado).

THOMAZ JR., A. Desenho Societal dos Sem-Terra do Brasil. Revista da ABRA, v.30, nº 1,2 e 3, jan/dez/2000. Campinas, 2001.

THOMAZ JR., A. Qualificação do trabalho: adiestramento ou liberdade? In: *Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica*. Universidade de Barcelona, 2000a. [http: www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm](http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm)

THOMAZ JR., A. A trama societária da reestruturação produtiva do capital na agricultura e os desdobramentos para o trabalho. In: *O pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização*. Bauru: AGB/Bauru, 2000b.

THOMAZ JR., A.. Leitura geográfica e gestão política na sociedade de classe. Boletim Gaúcho de Geografia, nº 24, Porto Alegre: AGB, 1998.

THOMAZ JR., A. Território em Transe. Actas Del Seminário Internacional sobre Perspectivas Del desarrollo em Iberoamérica. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1998.

---

\* Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus de Francisco Beltrão e membro do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho).

[1] Ver Thomaz Jr., 2001.

[2] Para mais detalhes ver Antunes (1999).

[3] Para mais detalhes ver Antunes, 1999; Alves, 2000; Bihr, 1998; Carvalhal, 2000; Marques, 1997.

[4] Cf. Thomaz Jr., 2001.

[5] Cf. Fernandes, 2000.

[6] Sobre as diferentes frentes de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, ver Lima, 2000 e 2002.

[7] Não é nosso objetivo descrever minuciosamente o processo de formação e consolidação do MST no Brasil, sendo que apresentaremos (de forma resumida) alguns elementos que nos possibilitem encetar uma reflexão sobre as condições concretas atinentes à sua gênese. Para mais detalhes sobre o processo de formação e territorialização do MST ver STÉDILE & FERNANDES, 1999; FERNANDES, 1996; OLIVEIRA, 1988 e FERNANDES, 2000.

[8] O MST surgiu, basicamente, como resultado de um conjunto de lutas na região Centro-Sul do Brasil (São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul). 1979 foi marcado pela ocupação da Fazenda Macali, no município de Ronda Alta/RS, por 110 famílias de agricultores sem-terra, no dia 07 de setembro. Essa ocupação foi vitoriosa, sendo uma das facetas das lutas de resistência que contribuíram, posteriormente, para a formação do MST no Brasil.

[9] Sobre a questão do metabolismo societal, cristalizado a partir de relações de controle da sociedade em sua totalidade pelo capital, ver ANTUNES, 1999; RIBEIRO & THOMAZ JR., 2001; CARVALHAL, 2000, THOMAZ JR., 2000 e 2002.

[10] Mais detalhes sobre essas transformações na agricultura brasileira nas últimas décadas, ver GRAZIANO DA SILVA, 1996; VEIGA, 1991; OLIVEIRA, 1988; FERNANDES, 1996.

[11] Modernização aqui entendida como mudança na base técnica da produção, vinculada a um processo que se expressa de maneira desigual e excludente do ponto de vista da inserção dos atores sociais. Para mais detalhes ver GRAZIANO DA SILVA & KAGEYAMA, 1996 e GRAZIANO DA SILVA, 1981.

[12] A esse respeito ver, OLIVEIRA, 1981; THOMAZ JR, 1989; KAGEYAMA, 1987.

[13] Organismo pastoral da Igreja Católica, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT foi organizada em 1975, em Goiânia (GO). Sua referência doutrinária é a Teologia da Libertação e apesar de sua gênese ser no Norte e Centro-Oeste do país, atualmente seu trabalho estende-se, praticamente, por todo o Brasil (Stédile & Fernandes, 1999).

[14] Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Desenvolve um trabalho pastoral com os camponeses do Sul e Centro Oeste do país, especialmente com os de ascendência alemã, por meio da Pastoral Popular Luterana (Stédile & Fernandes, 1999).

[15] Para se ter uma idéia da importância da organização dos trabalhadores para a conquista dos assentamentos rurais no Brasil, podemos destacar as ocupações de terra, a principal forma de resistência e de acesso a terra no país. Segundo **Fernandes, 2000**, aproximadamente 77% dos assentamentos implantados nas regiões Sul e Sudeste, nos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, e nos Estados do Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, no período 1986-1997, foram originados por meio de ocupações de terra.

[16] Esse montante refere-se às famílias vinculadas às CPAs, CPS, CPPS e CPSR, sem considerar as famílias vinculadas às cooperativas de crédito e às cooperativas de trabalho